

Está próximo o acordo com o FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Brasil deverá assinar, até o início da semana que vem, o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os pontos mais controversos, como a medição do déficit público, já teriam sido sanados, segundo uma categorizada fonte do governo, que está participando das negociações: será dimensionado o déficit real e explicitado o que é correção monetária e correção cambial. Há 95% de chance de se negociar um número que represente o meio termo entre o déficit real e o déficit corrigido.

Terminada a tarefa da missão do FMI, cujos dirigentes voltam a Brasília amanhã, os banqueiros internacionais já dispõem de um "sinal amarelo" para desovar a segunda parcela do empréstimo-jumbo, de US\$ 634 milhões. A fonte entende que a liberação desses recursos não depende da aprovação do relatório da missão pelo "board" do FMI, mas apenas a notícia de que ambas as

partes conseguiram chegar a um entendimento.

Para obter os US\$ 411 milhões do FMI, entretanto, é preciso a palavra final da direção da instituição, o que ocorrerá somente em meados de agosto. Parte do empréstimo-jumbo será utilizado para o pagamento de US\$ 364 milhões de empréstimos-ponte. O dinheiro do FMI, segundo uma fonte do Banco Central, é uma operação casada como o Banco para Compensações Internacionais (BIS), ao qual o País deve ainda US\$ 400 milhões. Caso o País não disponha de recursos para pagar o BIS, "pede-se mais uma prorrogação, até que saiam os recursos do FMI", adiantou uma fonte do BC a este jornal.

ALTERNATIVAS

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, recebeu ontem de seus técnicos todas as alternativas viáveis para as metas de um novo acordo. As diversas hipóteses de compromissos trimestrais implicam maiores ou menores doses de sacrifícios. Nesse con-

texto, estaria prevista uma taxa de inflação da ordem de 140%.

Os técnicos do governo, envolvidos diretamente na negociação com a missão do FMI, acreditam que é factível "uma boa solução", junto ao Fundo e esta crença afastaria qualquer possibilidade de o País ter de recorrer a uma moratória. "Não é uma alternativa afastada, mas é uma solução remota, por uma razão muito simples: não interessa aos bancos credores nem ao Fundo nem ao BIRD nem a ninguém", argumentou a fonte, considerando a possibilidade de uma declaração de moratória somente se o governo brasileiro não conseguir chegar a um bom termo com o FMI.

Numa missão menos difícil, porém importante

para a segunda etapa da renegociação da dívida externa brasileira, os sete economistas dos bancos internacionais que estão há uma semana em Brasília podem concluir sua missão hoje mesmo, após o encontro que terão com o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

Ontem, eles estiveram mais uma vez com o secretário de Planejamento da Seplan, José Augusto Savasine, e com o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Alberto Sozin Furuguem, com quem discutiram o fluxo de caixa do País e o balanço de pagamentos, segundo relato da repórter Célia de Gouvêa Franco.